



**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E  
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

FL. Nº \_\_\_\_\_

Visto \_\_\_\_\_

**SOLICITAÇÃO DE PARECER JURÍDICO**

A Sr.<sup>a</sup> **Thais Mina Kusakari - TCEL QOCBM**

M.D Presidente da Comissão de Justiça do CBMPA

**Referência:** Pregão Eletrônico nº 14/2023 – SRP – CBMPA.

**PAE nº:** 2023/1379250.

**Objeto da licitação:** Registro de preços para eventual aquisição de armários em aço, estante em aço, banco em aço, claviculário, carrinho para transporte e escada.

**Solicitação:** encaminho a v.s.<sup>a</sup> os autos para que seja analisado e emitido parecer jurídico sobre a regularidade das peças juntadas e demais entendimentos que esta comissão de justiça julgar pertinentes, em virtude da solicitação por parte do setor demandante (Almoxarifado do CBMPA) quanto a necessidade de alteração do Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência, ensejando na consequente necessidade de alteração da minuta de contrato, e ainda, na suspensão do Edital do processo supracitado para retificação, diante do exposto, remeto nova minuta de edital, na qual foram realizadas as seguintes alterações:

- Substituição do ordenador de despesas responsável pela assinatura do edital em virtude do período de férias do Exmo. Sr. Comte-Geral do CBMPA;
- Retirada da data de previsão da sessão de abertura;
- Atualização da data de assinatura da minuta do edital;
- ITEM 9.17.4 E SUAS ALÍNEAS - Inclusão da exigência de documentos de qualificação técnica conforme TR;
- ITENS 8.5.3 E 8.5.3.1 - Inclusão de pedido de AMOSTRA e suas especificidades conforme TR;
- ITENS 8.5.3.2 A 8.5.3.4 - Inclusão de procedimento quanto a publicidade do ato de avaliação das amostras e do chamamento das licitantes subsequentes em caso de recusa da amostra, incluídos pela CPL;
- ITEM 14.2 - Alteração do tempo de garantia conforme TR;



**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL – CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ**

Quartel do Comando-Geral – Av. Júlio César, nº 3000, Bairro: Marambaia, Belém-Pará, CEP 66.615-055.

Telefone: (91) 98899-6515 e-mail: [cplcbmpa@gmail.com](mailto:cplcbmpa@gmail.com)



**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E  
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

- Retificação da minuta do edital quanto as remissões ao TR e Minuta de Contrato constante nos itens: 14.1, 17.1, 18.1, 19.1, 20.1 e 21.1;
- Substituição na íntegra do Anexo I - Termo de Referência;
- Substituição na íntegra do Anexo II - Minuta de Contrato;
- Retirada do nome e dados do ordenador responsável na minuta da ARP (Anexo III);

Belém-Pará, 24 de dezembro de 2023.

Atenciosamente,

**MOISÉS TAVARES MORAES – TCEL QOBM**

Presidente da CPL/CBMPA



**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL – CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ**

Quartel do Comando-Geral – Av. Júlio César, nº 3000, Bairro: marambaia, Belém-Pará, CEP 66.615-055.

Telefone: (91) 98899-6515 e-mail: [cplcbmpa@gmail.com](mailto:cplcbmpa@gmail.com)



## FOLHA DE DESPACHO

Excelentíssimo Senhor Comandante–Geral do CBMPA,

Ao cumprimentá-lo honradamente, encaminho a Vossa Excelência 02 (duas) vias do Parecer nº 285/2023 – COJ, para análise e aprovação.

EMENTA: ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO PARA AQUISIÇÃO DE ARMÁRIOS, ESTANTES E OUTRAS MOBÍLIAS PARA O CBMPA. ANÁLISE DAS MINUTAS DO EDITAL E CONTRATO REFERENTES ÀS ALTERAÇÕES DAS CLÁUSULAS. POSSIBILIDADE CONDICIONANTES.

Respeitosamente.

**Natanael Basto Ferreira– MAJ QOBM**

Presidente da Comissão de Justiça, em exercício

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: NATANAEL BASTOS FERREIRA (Lei 11.419/2006)  
EM 26/12/2023 12:44 (Hora Local) - Aut. Assinatura: ABS6841BD2714FA5.CAB70C13A76DC8FE.C10485AA27B93DE.9C504FA76EA0706B



# PGE

PROCURADORIA-GERAL  
DO ESTADO DO PARÁ

Núcleo Consultivo da  
Administração Direta e  
Indireta



**Parecer nº: 285/2023.**

PAE nº: 2023/1379250.

Procedência: Almocharifado Geral do CBMPA.

Interessado: Comissão Permanente de Licitação (CPL).

Responsável: **MAJ QOBM** Rafael Bruno Farias **Reimão**.

**EMENTA: ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO PARA AQUISIÇÃO DE ARMÁRIOS, ESTANTES E OUTRAS MOBÍLIAS PARA O CBMPA. ANÁLISE DAS MINUTAS DO EDITAL E CONTRATO REFERENTES ÀS ALTERAÇÕES DAS CLÁUSULAS. POSSIBILIDADE COM CONDI-  
CIONANTES.**

## 1 RELATÓRIO

O **TCEL QOBM Moisés** Tavares Moraes, Presidente da Comissão Permanente de Licitação, em despacho datado de 24 de dezembro de 2023, encaminhou o Processo eletrônico nº 2023/1379250 em que solicita a esta Comissão de Justiça manifestação jurídica sobre o processo licitatório para contratação de empresa para o fornecimento de armários, estantes e outros materiais de mobílias, em virtude da solicitação por parte do setor demandante (Almocharifado do CBMPA) quanto a necessidade de alteração do Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência, ensejando na consequente necessidade de alteração da minuta de contrato, e ainda, na suspensão do Edital do processo supracita do para retificação.

O **TCEL QOBM** Carlos Augusto Silva **Souto**, Chefe do Almocharifado Central, encaminhou à Diretoria de Apoio Logístico o Memorando – Almocharifado nº 40/2023, datado de 21 de dezembro de 2023, através do qual solicita retificações do contrato e em seguida à CPL para confecção de “errata” do

**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ** | COMISSÃO DE JUSTIÇA

Avenida Júlio César nº 3.000 - Val de Cans, Belém-Pa. CEP: 66.615-055

Página 1 de 25





# PGE

Núcleo Consultivo da  
Administração Direta e Indireta



EDITAL pregão eletrônico nº 014/2023 – SRP – CBMPA, para que fossem incluídos elementos necessários para garantir a qualidade e confiabilidade dos produtos, a seguir descritos:

1. Certificações e laudos comprobatórios atestando a qualidade, durabilidade, parâmetros estruturais e ambientais e físicos, para garantir a saúde plena dos usuários. Certificações exigidas abaixo:

- Laudo emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO, atestando que os produtos resistem a no mínimo 10 ciclos (240 horas) de exposição ao dióxido de enxofre, de acordo com a ABNT NBR 8096/1983, com avaliações pela ABNT NBR 5841/2015 e ABNT NBR ISO 4628-3/2015, não podendo ocorrer, pontos de corrosão vermelha ou destacamento da pintura na superfície da amostra.

- Laudo de acordo com a NBR 9209/86 atestando que os produtos possuem revestimento em fosfato com massa igual ou superior a 0,5g/m<sup>2</sup>.

- Laudo emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO, atestando que os produtos resistem a no mínimo 2400 hs, à corrosão por exposição a atmosfera úmida saturada, de acordo com a NBR 8095/2015, não podendo ocorrer, pontos de corrosão vermelha ou destacamento da pintura na superfície da amostra.

- Laudo específico para cada item, emitido por médico do trabalho, atestando que os produtos possuem características compatíveis com a NR-17.

- Laudo NBR 8094/83 / Névoa Salina avaliação NBR ISO 4628-3: Ri0; NBR 5841: d0/t0 e ASTM D714: nº10 – isento de bolhas), com duração igual ou superior a 720 horas.

- Laudo INMETRO ASTM D 3359/17 com resultado igual ao grau 5a / Em casos avarias acidentais a tinta não destaca da superfície em que está aplicada.

## 2. Possibilidade da solicitação de Amostra

2.1. Possibilidade da Comissão solicitar às licitantes, amostras dos itens ofertados, que deverão ser apresentadas no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, depois de recebida a solicitação, deverão ser observadas as seguintes condições:



# PGE

Núcleo Consultivo da  
Administração Direta e Indireta



a) Os produtos apresentados como amostras poderão ser abertos, manuseados, podendo ser devolvidos para as licitantes no estado em que se encontrarem ao final da avaliação;

b) A licitante que não encaminhar as amostras no prazo estabelecido terá sua proposta desconsiderada para efeito de julgamento;

c) Depois de vencido o prazo de entrega das amostras não será permitido fazer substituição do produto apresentado para fins de adequação às especificações do objeto.

Informou, ainda, que as amostras ficarão à disposição da Administração do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará, até o primeiro dia útil posterior a homologação, do resultado deste processo licitatório, quando poderão ser retiradas no limite de até 20 (vinte) dias úteis, após esse prazo de limite, fica a incumbência da instituição o descarte dessa amostra, exceto as de propriedade da licitante vencedora fica a critério da Comissão, a subtração da amostra na totalidade dos itens entregues adjudicados.

3. A garantia se faz necessário o prazo mínimo de 5 anos do objeto/produto, visando o custo benefício a longo prazo para instituição nas reposições das aquisições dos referidos objetos/produto, proporcionando benefícios para instituição.

Foi remetida nova minuta de edital, na qual foram efetuadas as seguintes alterações:

- Substituição do ordenador de despesas responsável pela assinatura do edital, em virtude do período de férias do Exmo. Sr. Cmte-Geral do CBMPA;
- Retirada da data de previsão da sessão de abertura;
- Atualização da data de assinatura da minuta do edital;
- ITEM 9.17.4 E SUAS ALÍNEAS - Inclusão da exigência de documentos de qualificação técnica conforme TR;
- ITENS 8.5.3 E 8.5.3.1 - Inclusão de pedido de AMOSTRA e suas especificidades conforme TR;





# PGE

Núcleo Consultivo da  
Administração Direta e Indireta



- ITENS 8.5.3.2 A 8.5.3.4 - Inclusão de procedimento quanto a publicidade do ato de avaliação das amostras e do chamamento das licitantes subsequentes em caso de recusa da amostra, incluídos pela CPL;

- ITEM 14.2 - Alteração do tempo de garantia conforme TR;

- Retificação da minuta do edital quanto as remissões ao TR e Minuta de Contrato constante nos itens: 14.1, 17.1, 18.1, 19.1, 20.1 e 21.1;

- Substituição na íntegra do Anexo I - Termo de Referência;

- Substituição na íntegra do Anexo II - Minuta de Contrato;

- Retirada do nome e dados do ordenador responsável na minuta da ARP (Anexo III).

Cumprе ressaltar que o presente processo foi analisado anteriormente por esta Comissão de Justiça, sendo emitido Parecer Jurídico nº 278/2023-COJ, datado de 15 de dezembro de 2023.

Diante das alterações realizadas, foi reencaminhado a esta Comissão de Justiça, para análise e posicionamento jurídico acerca da regularidade das novas peças juntadas aos autos.

## 2 ANÁLISE JURÍDICA

Inicialmente cabe salientar que o estudo aqui empreendido se restringe aos aspectos exclusivamente jurídicos do procedimento, excluídos, portanto, aqueles de natureza técnica, inclusive quanto ao detalhamento do objeto do ajuste, suas características, requisitos e especificações. Sobre tais dados, partiremos da premissa de que a autoridade competente se municiou dos conhecimentos específicos imprescindíveis às necessidades da Instituição Bombeiro Militar.

Convém destacar que, parte das observações exaradas por esta Comissão de Justiça não passam de recomendações, com escopo de salvaguardar a autoridade administrativa assessorada, e não vinculá-la diretamente, tendo em vista que caso se opte por não as acatar, não haverá, necessariamente, ilegalidade no proceder, mas assunção de risco, ou seja,



# PGE

Núcleo Consultivo da  
**Administração Direta e Indireta**



decorrência do exercício de competência discricionária da autoridade gestora, excetuando-se os aspectos atinentes à legalidade que são de observância obrigatória pela Administração.

O presente parecer está adstrito aos aspectos jurídicos que norteiam a questão, não abrangendo os aspectos de natureza financeira, técnica e comercial do presente edital, sendo feita a análise à luz da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 (institui normas para licitações e contratos da Administração Pública), Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002 (institui a modalidade de licitação, denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns), Decreto Federal nº 10.024/2019, (que regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal) e Decreto Estadual nº 534/2020, que regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, no âmbito da Administração Pública Estadual, e altera o Decreto Estadual nº 2.168, de 10 de março de 2010, motivo pelo qual recomendamos desde já que a Diretoria de Apoio Logístico mantenha o controle sobre a necessidade do que está sendo licitado e dos contratos que encontram-se em vigência para evitar duplicidade de objetos.

Por sua vez, presume-se que a Diretoria de Apoio Logístico exauriu todas as opções para a pesquisa de mercado na busca de orçamentos dos bens que se pretende adquirir, visando a obtenção de preços e condições mais vantajosas à administração.

É válido expor ainda os termos do Decreto nº 2.939, de 10 de março de 2023, alterado pelo Decreto nº 3.037 de 13 de março de 2023, o qual dispõe sobre a estruturação de processos de aquisição de bens e serviços de acordo com a Lei Federal no 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública estadual direta, autárquica e fundacional. Vejamos:





# PGE

Núcleo Consultivo da  
Administração Direta e Indireta



Art. 6º Fica autorizada a instrução de processos de aquisição de bens e serviços com base na Lei Federal no 14.133, de 2021, observado o seguinte:

I - a realização de contratações diretas, a partir da vigência deste Decreto; e

II - a abertura de processos licitatórios, a partir do dia 1º de abril de 2023.

§ 1º Considera-se a abertura da licitação com a publicação do edital do certame.

§ 2º Os certames regidos pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e pelos arts.1º a 47-A da Lei Federal no 12.462, de 4 de agosto de 2011, inclusive os derivados do sistema de registro de preços, deverão ser abertos até o dia 29 de dezembro de 2023, desde que haja decisão motivada da autoridade competente, até 31 de março de 2023, indicando que o processo prosseguirá de acordo com as referidas normas.

§ 2º-A Além da exceção no § 2º deste artigo, também será possível a instrução da fase preparatória com base nos regimes da Lei Federal nº 8.666, de 1993, da Lei Federal nº 10.520, de 2002, e da Lei Federal nº 12.462, de 2011, mediante decisão motivada do titular do órgão ou entidade, desde que:

I - a publicação do edital ou do ato autorizativo da contratação direta ocorra até 29 de dezembro de 2023; e

II - haja a expressa indicação da opção escolhida no edital ou no ato autorizativo da contratação direta.

§ 3º Não será possível a instrução da fase preparatória com base nos regimes da Lei Federal nº 8.666, de 1993, da Lei Federal nº 10.520, de 2002, e da Lei Federal nº 12.462, de 2011, e a publicação do edital baseado na Lei Federal nº 14.133, de 2021, de modo que caberá a autoridade, observadas as peculiaridades de cada processo de compra e as datas previstas neste artigo, optar pela instauração da fase preparatória pelo novo ou pelo antigo regime.

A Administração Pública encontra-se amparada por mandamentos nucleares do ordenamento jurídico, que são os denominados princípios fundamentais. Dentre os princípios norteadores da atividade administrativa, temos aqueles expressos no *caput* do art. 37 da Constituição Federal que dispõe:

Art. 37- A administração pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da **legalidade**, impessoalidade, moralidade, **publicidade** e eficiência e, também, ao seguinte:



# PGE

Núcleo Consultivo da  
Administração Direta e Indireta



(...)(grifo nosso)

A Publicidade é princípio constitucional elencado na Carta Política de 1988 em seu artigo 37, o qual é fundação e orientação para a Administração Pública, seja a União, Estados, Distrito Federal, ou Municípios. Nesta esteira, Marçal Justen Filho assevera que o referido princípio constitucional "impõe que todos os atos do procedimento sejam previamente levados ao conhecimento público, que a prática de tais atos se faça na presença de qualquer interessado e que o conteúdo do procedimento possa ser conhecido por qualquer um."

A inexistência da publicidade configuraria como ato administrativo eivado de ilegalidade, e pelo fato de tal ilegalidade, é necessário que a Administração Pública através do princípio de AUTOTUTELA possa revogar seus próprios atos, conforme entendimento que se extrai da Súmula 473 do STF. Vejamos:

Súmula nº 473, STF: A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque dêles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

Nosso texto constitucional pátrio também é claro ao expor que:

Art. 22. Compete privativamente União legislar sobre:

(...)

**XXVII - normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades,** para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, obedecido o disposto no art. 37, XXI, e para as empresas públicas e sociedades de economia mista, nos termos do art. 173, § 1, III;

No mesmo sentido a Lei nº 8.972, de 13 de janeiro de 2020, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública do Estado do Pará, define em seus artigos 3º e 4º os princípios que a Administração Pública





# PGE

Núcleo Consultivo da  
Administração Direta e Indireta



deve observar, bem como a necessidade de fixação dos pressupostos de fato e de direito que determinarem a decisão da autoridade administrativa. *in verbis*:

Art. 3º A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, probidade, finalidade, motivação, cooperação, razoabilidade, proporcionalidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, duração razoável do processo, supremacia e indisponibilidade do interesse público.

Art. 4º Os processos administrativos deverão observar, entre outros, os seguintes critérios:

[...]

I - atuação conforme a lei e o Direito;

**II - atendimento a fins de interesse geral, vedada a renúncia total ou parcial de poderes ou competências, salvo autorização em lei;**  
(grifo nosso)

A Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 que regulamenta o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Seu artigo 1º estipula o alcance de suas normas, como veremos:

Art. 1º Esta Lei estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Parágrafo único. Subordinam-se ao regime desta Lei, além dos órgãos da administração direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Primeiramente, o *caput* do artigo 38 da referida lei estabelece um procedimento a ser seguido quando da realização de uma licitação. Há um marco claramente definido que dá início ao processo: sua autuação, a descrição sintética de seu objeto e a comprovação de recursos orçamentários, vinculando desta forma os atos do administrador. Em consonância com o parágrafo único do referido artigo o órgão jurídico, igualmente, não poderá se abster de



# PGE

Núcleo Consultivo da  
**Administração Direta e Indireta**



examiná-los. Vejamos:

Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, **contendo a autorização respectiva**, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:

- I - edital ou convite e respectivos anexos, quando for o caso;
- II - comprovante das publicações do edital resumido, na forma do art. 21 desta Lei, ou da entrega do convite;
- III - ato de designação da comissão de licitação, do leiloeiro administrativo ou oficial, ou do responsável pelo convite;
- IV - original das propostas e dos documentos que as instruírem;
- V - atas, relatórios e deliberações da Comissão Julgadora;
- VI - pareceres técnicos ou jurídicos emitidos sobre a licitação, dispensa ou inexigibilidade;
- VII - atos de adjudicação do objeto da licitação e da sua homologação;
- VIII - recursos eventualmente apresentados pelos licitantes e respectivas manifestações e decisões;
- IX - despacho de anulação ou de revogação da licitação, quando for o caso, fundamentado circunstanciadamente;
- X - termo de contrato ou instrumento equivalente, conforme o caso;
- XI - outros comprovantes de publicações;
- XII - demais documentos relativos à licitação.

**Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração.**

(grifo nosso)

Nesse sentido, toda contratação pública deverá possuir como primeira etapa do planejamento para contratação do serviço, um estudo técnico preliminar, na busca de responder ao demandante (motivador), o qual servirá de base para desenvolvimento do termo de referência ou do projeto básico, independente da forma de seleção do fornecedor. De acordo com a Lei 8.666/1993, as contratações de obras e serviços devem ser precedidas da elaboração de projeto básico (PB), sendo este entendido como:

Art. 6º Para os fins desta Lei, considera-se:

(...)

IX - Projeto Básico- conjunto de elementos necessários e suficientes,





# PGE

Núcleo Consultivo da  
Administração Direta e Indireta



com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras ou serviços objeto da licitação, **elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica** e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, devendo conter os seguintes elementos: (grifo nosso)

Segundo o Guia de boas práticas em contratação de soluções de tecnologia da informação, do TCU, "a elaboração dos estudos técnicos preliminares constitui a primeira etapa do planejamento de uma contratação (planejamento preliminar)". Ressaltando que a elaboração dos estudos técnicos preliminares é obrigatória, de acordo com a Lei 8.666/1993, art. 6º, inciso IX.

Cuida-se de Estudo Técnico Preliminar (ETP). Trata-se de:

"documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza determinada necessidade, descreve as análises realizadas em termos de requisitos, alternativas, escolhas, resultados pretendidos e demais características, dando base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico, caso de conclua pela viabilidade da contratação". (IN nº. 40, de 26/05/2020, do Ministério da Economia).

No âmbito do TCU é possível vislumbrar jurisprudência pacífica no sentido da obrigatoriedade dos estudos técnicos preliminares, seja para contratação de obras, serviços ou compras. (Acórdão 3.215/16 - Plenário; Acórdão 212/17 - Plenário; Acórdão 681/17 - 1º Câmara; e Acórdão 1.134/17 - 2º Câmara).

Ainda segundo o Guia (BRASIL, 2012) os estudos técnicos preliminares servem para:

- a) assegurar a viabilidade técnica da contratação, bem como o tratamento de seu impacto ambiental;
- b) embasar o termo de referência ou o projeto básico, que somente é elaborado se a contratação for considerada viável, bem como o plano de trabalho, no caso de serviços (...)

Os prejuízos decorrentes de uma contratação sem realização de estudos técnicos preliminares, podem gerar resultados não capazes de atender à necessidade da administração, com consequente desperdício de recursos



# PGE

Núcleo Consultivo da  
**Administração Direta e Indireta**



públicos por não atender a relação entre a demanda prevista e a quantidade de cada item ou mesmo levando à impossibilidade de contratar, com consequente não atendimento da necessidade que originou a contratação, portanto os estudos técnicos que demonstrem aspectos como a adequação, a eficiência e a economicidade de utilização do modelo dentro das características e das necessidades desses serviços nas atividades institucionais.

No âmbito da Corporação foi editada a Portaria nº 24 de 19 de janeiro de 2021, no D.O.E nº 34.468, de 19 de janeiro de 2021, que normatiza os procedimentos administrativos de compras e contratações, orienta sobre a necessidade do estudo preliminar. Vejamos:

Art. 8º. São atribuições da Diretoria de Apoio Logístico:

I- Recepcionar, via Procedimento Administrativo Eletrônico (PAE) o documento de origem do setor demandante contendo em seu anexo o estudo técnico preliminar, o termo de referência ou projeto básico e no mínimo três cotações de preços. Em caso de solicitação a adesão a Ata de Registro de Preços, esta não deve compor a cotação de preços e nos casos de obras e reformas, deve-se observar as fontes de consultas específicas, conforme a Instrução Normativa nº 02/2018 da SEAD, atual SEPLAD;

Destaca-se que as minutas dos contratos devem possuir todas as cláusulas previstas no artigo 55 da Lei nº 8.666/93, conforme se observa abaixo:

Art.55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

- I- o objeto e seus elementos característicos;
- II- o regime de execução ou a forma de fornecimento;
- III- o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;
- IV- os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso;
- V- o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;
- VI- as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas;
- VII- os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas;
- VIII- os casos de rescisão;
- IX- o reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 desta Lei;





# PGE

Núcleo Consultivo da  
Administração Direta e Indireta



- X- as condições de importação, a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;
- XI- a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;
- XII- a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos;
- XIII- a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação."

Não se pode deixar de assinalar que o edital é parte de um processo, tomando-se esta expressão tanto em sua acepção material como formal. Assim, sua existência somente se justifica enquanto tomado como parte de um procedimento, qual seja, de um certame licitatório.

A análise feita por esta Comissão de Justiça se baseia no parágrafo único do artigo 38, ao norte citado, onde se percebe a necessidade de que as minutas de editais de licitação, bem como de contratos, acordos, convênios ou ajustes sejam previamente examinados e aprovadas por assessoria jurídica da Administração.

Obedecendo ao que dispõe o artigo 1º da Lei 10.520/2002, essa modalidade de licitação destina-se à aquisição de bens e serviços comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, devendo adotar como critério de julgamento o menor preço da proposta. Senão vejamos:

Art. 1º. Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei.  
Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

O parágrafo 1º do artigo 2º da Lei supracitada prevê a possibilidade de ser realizado o pregão por meio de eletrônico ao dispor:

Art. 2º. (VETADO)".

§ 1º- Poderá ser realizado o pregão por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação, nos termos de regulamentação



# PGE

Núcleo Consultivo da  
**Administração Direta e Indireta**



específica”.

Observa-se que a Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 estabelece no artigo 3º que a autoridade competente deverá justificar a necessidade de contratação definindo o objeto do certame de forma precisa, suficiente e clara, especificando as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplemento e as cláusulas do contrato, inclusive com fixação dos prazos para fornecimento. Deve constar nos autos do procedimento os elementos técnicos indispensáveis para o certame, bem como o orçamento elaborado pelo órgão competente.

Nesse passo a minuta do edital do pregão é uma minuta-padrão que deve ser elaborada em conformidade com as exigências contidas na legislação atinente, razão pela qual entende que o edital de pregão deve preencher os requisitos obrigatórios contidos no art. 3º, incisos I e IV, da Lei nº 10.520/02. Vejamos:

Art. 3º A fase preparatória do pregão observará o seguinte:

I - a autoridade competente justificará a necessidade de contratação e definirá o objeto do certame, as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplemento e as cláusulas do contrato, inclusive com fixação dos prazos para fornecimento;

II - a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição;

III - dos autos do procedimento constarão a justificativa das definições referidas no inciso I deste artigo e os indispensáveis elementos técnicos sobre os quais estiverem apoiados, bem como o orçamento, elaborado pelo órgão ou entidade promotora da licitação, dos bens ou serviços a serem licitados; e

IV - a autoridade competente designará, dentre os servidores do órgão ou entidade promotora da licitação, o pregoeiro e respectiva equipe de apoio, cuja atribuição inclui, dentre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.

Nesse sentido, temos o Decreto Estadual nº 534/2020, que regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, no âmbito da Administração Pública Estadual, e altera o Decreto Estadual nº 2.168, de 10 de março de 2010, afirma:

**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ | COMISSÃO DE JUSTIÇA**

Página 13 de 25





# PGE

Núcleo Consultivo da  
Administração Direta e Indireta



Art. 1º Este Decreto regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, no âmbito da Administração Pública Estadual, e altera o Decreto Estadual no 2.168, de 10 de março de 2010.

**§ 1º A utilização da modalidade pregão, na forma eletrônica, pelos órgãos da Administração Pública Estadual direta, pelas autarquias, pelas fundações e pelos fundos especiais é obrigatória.**

(...)

Art. 8º O processo relativo ao pregão, na forma eletrônica, será instruído com os seguintes documentos, no mínimo:

- I - estudo técnico preliminar, quando necessário;
- II - termo de referência;
- III - planilha estimativa de despesa;
- IV - previsão dos recursos orçamentários necessários, com a indicação das rubricas, exceto na hipótese de pregão para registro de preços;
- V - autorização de abertura da licitação;
- VI - designação do pregoeiro e da equipe de apoio;
- VII - edital e respectivos anexos;
- VIII - minuta do termo do contrato ou instrumento equivalente, ou minuta da ata de registro de preços, conforme o caso;
- IX - parecer jurídico;
- X - documentação exigida e apresentada para a habilitação;
- XI - proposta de preços do licitante;
- XII - ata da sessão

(...)

No que se refere a pesquisa de preços, o Decreto Estadual nº 2.734, de 07 de novembro de 2022, publicado no D.O.E nº 35.180, de 08 de novembro de 2022, que dispõe sobre os procedimentos de realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços, no âmbito da Administração Pública Estadual Direta e Indireta, normatiza os procedimentos a serem observados pelo setor competente para realização de pesquisa de preços. Em seu art. 4º estipula os parâmetros a serem adotados na pesquisa de preços no Estado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme a seguir transcrito:

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre os procedimentos de realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços, no âmbito da Administração Pública Estadual Direta e Indireta.

[...]

Art. 4º A pesquisa de preços em processo licitatório para a aquisição



# PGE

Núcleo Consultivo da  
Administração Direta e Indireta



de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - preço constante no Banco Referencial do Sistema de Materiais e Serviços (SIMAS), observado o índice de atualização de preços correspondente;

II - Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP), desde que as cotações se refiram a aquisições ou contratações firmadas no período de até 1 (um) ano;

III - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

IV - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo Estadual e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;

V - pesquisa direta mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; ou

VI - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital.

§ 1º Deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I a III do caput deste artigo, devendo, em caso de impossibilidade, ser apresentada justificativa nos autos. (grifo nosso)

Sobre o tema, a jurisprudência pátria manifesta-se no sentido de realização de pesquisa de mercado que priorize a qualidade e diversidade das fontes. Senão vejamos:

### ACÓRDÃO Nº 2.170/2007- TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Esse conjunto de preços ao qual me referi como "cesta de preços aceitáveis" pode ser oriundo, por exemplo, de pesquisas junto a fornecedores, valores adjudicados em licitações de órgãos públicos - inclusive aqueles constantes no Comprasnet-, valores registrados em atas de SRP, entre outras fontes disponíveis tanto para os gestores como para os órgãos de controle - a exemplo de compras/contratações realizadas por corporações privadas em condições idênticas ou semelhantes àquelas da Administração Pública-, desde que, com relação a qualquer das fontes utilizadas,





# PGE

Núcleo Consultivo da  
Administração Direta e Indireta



sejam expurgados os valores que, manifestamente, não representem a realidade do mercado.

Em nível Estadual o Sistema de Registro de Preços é regulamentado pelo Decreto nº 991, de 24 de agosto de 2020, que institui a Política Estadual de Compras e contratação e regulamenta, no âmbito da Administração Estadual, o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993., dispondo que:

Art. 1º Fica instituída a Política Estadual de Compras e Contratação, cujo objetivo é ampliar a transparência e a racionalização dos gastos públicos por meio de instrumentos, procedimentos administrativos, financeiros e institucionais que permitam o incremento da economia de escala e contribuam para a celeridade dos processos.  
(...)

Art. 3º Para os efeitos deste Decreto são adotadas as seguintes definições:

I - Sistema de Registro de Preços (SRP): conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras;

II - Ata de Registro de Preços (ARP): documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, em que se registram os preços, os fornecedores, os órgãos participantes e as condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas;

III - Revisão da ARP: revisão dos preços registrados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados;

IV - Beneficiário da Ata: fornecedor ou prestador de serviços detentor da ARP;

V - Órgão Gerenciador: órgão ou entidade da Administração Pública Estadual responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e gerenciamento da Ata de Registro de Preços dele decorrente;

VI - Órgão Participante: órgão ou entidade que participa dos procedimentos iniciais do Sistema de Registro de Preços e integra a Ata de Registro de Preços;

VII - Órgão não Participante: órgão ou entidade da Administração Pública que, não tendo participado dos procedimentos iniciais da licitação ou não tenha enviado demanda para determinado item, atendidos os requisitos desta norma, solicita adesão à Ata de Registro de Preços;

## CAPÍTULO II

### DA ADOÇÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

Art. 4º O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:



# PGE

Núcleo Consultivo da  
Administração Direta e Indireta



I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou

IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente quantitativo a ser demandado pela Administração.

## CAPÍTULO III

### DO ÓRGÃO GERENCIADOR

Art. 5º Compete à Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD), editar plano anual de compras e realizar registro de preços para atendimento das demandas relacionadas a bens e serviços comuns aos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual.

**§ 1º Os órgãos e entidades vinculados à Secretaria de Estado de Saúde Pública (SESPA), a Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP), bem como a Secretaria de Estado de Educação (SEDUC) e a Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Pará (PRODEPA), poderão realizar Registro de Preços destinados à aquisição de produtos e serviços para atender às necessidades específicas relacionadas às suas atividades finalísticas.**

§ 2º Os órgãos e entidades da Administração Pública referidos no art. 2º deste Decreto poderão, excepcionalmente, realizar Registro de Preços destinados à aquisição de bens e serviços para atender às suas necessidades, desde que não haja ata vigente realizada pela SEPLAD, e mediante apresentação de justificativa e prévia autorização da SEPLAD.

§ 3º É vedada a realização de procedimento de registro de preços por órgão ou entidade da Administração Pública Estadual fora das hipóteses previstas nos §§ 2º e 3º deste artigo.

(...)

## CAPÍTULO VII

### DA LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS

Art. 9º A licitação para registro de preços será realizada na modalidade concorrência, do tipo menor preço, nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 1993, ou na modalidade pregão, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 2002, e será precedida de ampla pesquisa de mercado.

§ 1º O julgamento por técnica e preço, na modalidade concorrência, poderá ser excepcionalmente adotado, a critério do Órgão Gerenciador e mediante despacho fundamentado da autoridade máxima do órgão ou entidade.

§ 2º Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formaliza-





# PGE

Núcleo Consultivo da  
Administração Direta e Indireta



ção do contrato ou outro instrumento congênere.

**Art. 10. O Órgão Gerenciador poderá dividir a quantidade total do item em lotes, quando técnica e economicamente viável, para possibilitar maior competitividade, observada a quantidade mínima, o prazo e o local de entrega ou de prestação dos serviços.**

§ 1º No caso de serviços, a divisão considerará a unidade de medida adotada para aferição dos produtos e resultados, e será observada a demanda específica de cada órgão ou entidade participante do certame.

§ 2º Na hipótese do § 1º deste artigo deverá ser evitada a contratação, por um mesmo órgão ou entidade, de mais de uma empresa para a execução de um mesmo serviço em uma mesma localidade, para assegurar a responsabilidade contratual e o princípio da padronização.

**Art. 11. O edital de licitação para registro de preços observará o disposto nas Leis Federais 8.666, de 1993, e 10.520, de 2002, e a Lei Estadual nº 6.474, de 2002, e contemplará, no mínimo:**

(...) (grifos nossos)

O Decreto acima ratifica que o S.R.P. pode ser realizada na modalidade pregão, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 2002, e será precedida de ampla pesquisa de mercado. Autorizando a realização Registro de Preços, desde que destinadas à aquisição de produtos e serviços para atender às necessidades específicas relacionadas às suas atividades finalísticas.

Cumprir destacar as disposições constantes no Decreto Estadual nº 2.939, de 10 de março de 2023, que dispõe sobre a estruturação de processos de aquisição de bens e serviços de acordo com a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública estadual direta, autárquica e fundacional e suas alterações as quais possibilitam a adesão de atas de registro de preços sob o regime da Lei nº 8.666/1993, até o dia 29 de dezembro de 2023, mediante decisão motivada do titular do órgão e expressa no ato autorizativo da contratação direta. Vejamos:

Decreto nº 2.939/2023

Art. 6º .....

§ 2º Os certames regidos pela Lei Federal no 8.666, de 21 de junho de 1993, pela Lei Federal no 10.520, de 17 de julho de 2002, e pelos arts. 1º a 47-A da Lei Federal no 12.462, de 4 de agosto de 2011, inclusive os derivados do sistema de registro de preços, deverão ser abertos até o dia 29 de dezembro de 2023, desde que haja decisão motivada da autoridade competente, até 31 de março de 2023, in-



# PGE

Núcleo Consultivo da  
**Administração Direta e Indireta**



dicando que o processo prosseguirá de acordo com as referidas normas.

§ 2º-A Além da exceção no § 2º deste artigo, também será possível a instrução da fase preparatória com base nos regimes da Lei Federal nº 8.666, de 1993, da Lei Federal nº 10.520, de 2002, e da Lei Federal nº 12.462, de 2011, mediante decisão motivada do titular do órgão ou entidade, desde que:

**I- a publicação do edital ou do ato autorizativo da contratação direta ocorra até 29 de dezembro de 2023; e**

**II- haja a expressa indicação da opção escolhida no edital ou no ato autorizativo da contratação direta.**

[...]

§ 5º A deliberação motivada a que se refere o § 2º-A deste artigo poderá ser utilizada para adesão a atas de registro de preço firmadas sob o regime da Lei Federal nº 8.666, de 1993, observado o prazo máximo de 29 de dezembro de 2023 para a adesão."

(grifo nosso)

O Decreto Estadual nº 3.371, de 29 de setembro de 2023, em seu artigo 5º preceitua conforme descrito a seguir:

Art. 5º Compete à Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD) promover procedimentos licitatórios para registro de preços, voltados à contratação de serviços comuns e dos bens de uso comuns, em conformidade com o Plano Contratações Anual a que se refere o Decreto Estadual nº 2.227, de 16 de março de 2022, visando o atendimento das demandas dos órgãos e entidades referidos no art. 1º deste Decreto.

(...)

§ 2º Os órgãos e entidades da Administração Pública estadual referidos no art. 1º deste Decreto, poderão, excepcionalmente, realizar registro de preços destinados à aquisição de bens e serviços para atender às suas necessidades específicas, desde que não haja ata vigente realizada pela Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD), mediante apresentação de justificativa e prévia autorização da referida Secretaria.

Verifica-se que compete à Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD) promover procedimentos licitatórios para registro de preços, voltados à contratação de serviços comuns e dos bens de uso comuns, em conformidade com o Plano Contratações Anual a que se refere o Decreto Estadual nº 2.227, de 16 de março de 2022.





# PGE

Núcleo Consultivo da  
Administração Direta e Indireta



Ademais, resta atentar para os termos do Decreto Estadual nº 955, de 12 agosto de 2020, publicado em DOE nº 34.312, de 14 de agosto de 2020, que estabelece medidas de austeridade para o reequilíbrio fiscal e financeiro do Poder Executivo Estadual, especialmente em:

## CAPÍTULO II DAS MEDIDAS DE AUSTERIDADE

Art. 2º Estão suspensas as práticas dos seguintes atos:

I - a celebração de novos contratos, inclusive aqueles relacionados a processos em andamento, bem como a realização de aditivos contratuais que importem em aumento quantitativo ou qualitativo nos contratos, desde que, em ambos os casos, resultem em aumento de despesas, de:

(...)

**e) aquisição de bens móveis;**

(...)

**Art. 8º As exceções previstas neste Decreto serão autorizadas pelo Grupo Técnico de Ajuste Fiscal (GTAF), à vista de solicitações, dirigidas e encaminhadas ao seu Coordenador, dos titulares dos órgãos e entidades abrangidos por este Decreto, devidamente fundamentadas à luz do interesse público.** (grifos nossos)

Por fim, destaca-se que a manifestação desta Comissão de Justiça cinge-se aos aspectos exclusivamente jurídicos do procedimento, excluídos, portanto, aqueles de natureza técnica, inclusive quanto ao detalhamento do objeto do contrato, suas características, requisitos, especificações, atendimento da necessidade operacional da instituição, bem como a escolha da realização do registro de preços como sendo a melhor solução de contratação para Administração militar.

Diante da reanálise do processo, visto alterações das cláusulas editalícias, para fundamentar o questionamento cita-se os dispositivos trazidos pelos art. 21, § 4º da Lei 8666/93 e art. 55, §1º, da Lei nº 14.133/2021, que ora transcrevemos:

Lei nº 8.666/1993

Art. 21

(...)

§ 4º Qualquer modificação no edital exige divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.



# PGE

Núcleo Consultivo da  
Administração Direta e Indireta



Lei nº 14.133/2021

Art. 55

(...)

§ 1º Eventuais modificações no edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

Esse é o entendimento, tanto pela doutrina, quanto pela jurisprudência, senão vejamos:

Ressalta que há duas irregularidades no acórdão impugnado que merecem ser sanadas, assim fundamentando sua pretensão:

**A primeira irregularidade está no fato que a Lei de Licitações exige a publicação e reabertura de prazo aos concorrentes no caso de haver modificação de elementos do certame - o que, no caso, foi igualmente descumprido, conforme consta nos autos, em desarmonia a determinação do § 4º do artigo 21 da Lei 8.666/93**

(...)

A segunda irregularidade está demonstrada pelo fato que o artigo 18 da Lei 8.666/93 é taxativo quanto a fração da caução de 5% da avaliação, nos casos em que a Concorrência trata da venda de bens imóveis

(...)

(RECURSO ESPECIAL Nº 1.617.745 - DF (2016/0202629-0)/STJ)

Vejamos ainda:

"(...) o dispositivo tem de ser interpretado segundo o princípio da razoabilidade. Em princípio, toda e qualquer alteração do edital afeta a formulação das propostas. Excluídas questões totalmente irrelevantes, que nem precisariam ser objeto de disciplina no edital, a quase totalidade das regras ali previstas devem ser respeitadas pelos licitantes na elaboração das propostas. Para adotar interpretação razoável, deve ter-se em vista, então, o prejuízo sofrido pelo licitante em virtude de alteração". (Marçal Justen Filho; in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 11ª ed., São Paulo: Dialética, 2005, p. 192. Apud TCU, Acórdão 273/2016, Rel. Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES, julg. 17/02/2016). (g.n)

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO TC 003.781/2008-6 Sumário: REPRESENTAÇÃO. MODIFICAÇÃO DO EDITAL SEM REABERTURA DE PRAZOS PARA PROPOSTAS. VIOLAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA ISONOMIA E DO JULGAMENTO OBJETIVO. CONHECIMENTO. PROCE-





# PGE

Núcleo Consultivo da  
Administração Direta e Indireta



DÊNCIA. ANULAÇÃO DO ITEM CORRESPONDENTE. DETERMINAÇÕES. ENCAMINHAMENTO DE CÓPIAS. ARQUIVAMENTO. ACÓRDÃO Nº 930/2008 - TCU - PLENÁRIO (...) 9.3.2. reabra o prazo inicialmente estabelecido quando houver alteração do edital que afete a formulação de prepostas, (...) (g.n)

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO TC 023.741/2015-5

SUMÁRIO: REPRESENTAÇÃO. IRREGULARIDADES PRATICADAS PELO CFF NA CONDUÇÃO DO PREGÃO 5/2015. OITIVAS PRÉVIAS. PROCEDÊNCIA PARCIAL. ANULAÇÃO DO CERTAME E DO CONTRATO DELE DECORRENTE. AUTORIZAÇÃO EXCEPCIONAL PARA EXECUÇÃO TEMPORÁRIA DO CONTRATO VIGENTE (PRECEDENTES). CIÊNCIAS. COMUNICAÇÕES.

Relatório

[...]

7. (...) art. 12 §2º do decreto nº 3.555/00 que dispõe:

Art. 12. Até dois dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão.

§ 2º Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

8. Diante do mandamento do Decreto 3.555/00, o representante informa que deveria ter sido alterada a data de realização do certame, além da republicação do edital com as alterações realizadas em respeito ao princípio da publicidade contido na Lei 8.666/93.

ACÓRDÃO Nº 3361/2015 – TCU – Plenário

(...)

9. 9.4.3. não republicação do edital, na mesma forma em que se deu o texto original, nem reabertura do prazo inicialmente estabelecido após alteração do critério de julgamento da licitação, contrariando o § 2º do art. 12 do Decreto 3.555/00 e o § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93; (Grifo nosso)

Observa-se que a manifestação da Administração trata-se de exigências para habilitação dos licitantes, sem interferência no preço dos produtos, podendo ser implementadas mediante simples errata encaminhada aos interessados, não havendo necessidade de reformulação do edital, no entanto sua publicação e modificação das datas das etapas se faz necessário, com fins de evitar alegações de prejuízo por parte dos concorrentes.



# PGE

Núcleo Consultivo da  
**Administração Direta e Indireta**



Por todo exposto, esta Comissão de Justiça recomenda:

1 – Que o setor técnico atente para a inclusão de todas as cláusulas presentes no art. 55 da Lei nº 8.666/1993, inclusive no tocante à obrigação do contratado de manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

2 – Que solicite autorização ao GTAF para realização da despesa, caso no momento da celebração do contrato incida na hipótese de prática suspensa, de acordo com o art. 2º, inciso I, alínea "e" do Decreto Estadual nº 955, de 12 de agosto de 2020, caso o recurso utilizado seja o Tesouro;

3 – Atentar ao que prescreve o art. 6º, § 2ºA do Decreto nº 2.939, de 10 de março de 2023, quanto a juntada da motivação pelo gestor máximo da instituição, e desde que a publicação do edital ocorra até 29 de dezembro de 2023, e haja vista expressa indicação da opção escolhida no edital de que o Processo será instruído, sob o regime da Lei Federal nº 8.666/1993;

4 – Poderá ocorrer a alteração das cláusulas editalícia e do termo de referência, diante das exigências de laudos de qualidade (INMETRO), com base no parágrafo 4º, do art. 21 da Lei 8.666/94, contudo sugerimos que ocorra adequação das datas de apresentação das propostas para evitarmos prejuízos aos participantes do certame; e

5 – Os setores que participaram da autuação e elaboração do processo, observem as instruções exaradas na Orientação do Controle Interno nº 02 e 03 (OCI-02 e 03) que visa a padronização dos processos administrativos e transparência pública, respectivamente.

### 3 CONCLUSÃO

#### ANTE O EXPOSTO:

1. **OPINO** pela **possibilidade** da realização de processo licitatório na modalidade pregão eletrônico para registro de preços, para aquisição de armários, estantes e outros materiais de mobílias para o CBMPA, desde que observadas as legislações e cumpridas as recomendações acima citadas.



# PGE

Núcleo Consultivo da  
Administração Direta e Indireta



2. Remetam-se os autos à Comissão Permanente de Licitação (CPL) para conhecimento e providências, após aprovação do Parecer.
3. À consideração superior.

Belém (PA), 26 de dezembro de 2023

Rafael Bruno Farias **Reimão** – Maj. QOBM  
Membro da Comissão de Justiça do CBMPA

### Proposta de indexação

Palavras-chave: Administrativo. Pregão Eletrônico. Registro de Preços. Armários de Aço.

### Despacho da Presidente da Comissão de Justiça:

1. Concordo com o Parecer, nos termos das legislações suscitadas, e encaminho à apreciação superior do Exmº Senhor Comandante-Geral do CBMPA quanto a aprovação da peça consultiva.

Quartel em Belém – Pa, 26 de dezembro de 2023.

**Natanael** Bastos Ferreira – Maj QOCBM

Presidente da Comissão de Justiça do CBMPA, em exercício





# PGE

Núcleo Consultivo da  
Administração Direta e Indireta



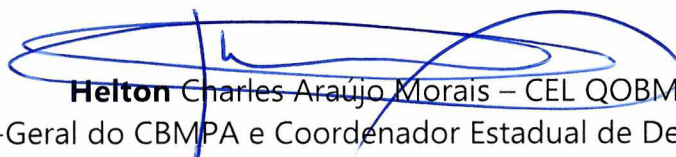
## Despacho do Exmº Sr. Comandante-Geral:

I - Decido por:

- ☒ Aprovar o presente Parecer;  
( ) Aprovar com ressalvas o presente Parecer;  
( ) Não aprovar.

II – A CPL para conhecimento e providências; e

III - A AJG para publicação em BG.

  
**Helton Charles Araújo Moraes – CEL QOBM**

Comandante-Geral do CBMPA e Coordenador Estadual de Defesa Civil em exercício





## FOLHA DE DESPACHO

**À Sr<sup>a</sup>. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE JUSTIÇA DO CBMPA.**

1. Honrado em cumprimentá-la, encaminhamos 02 (duas) vias do Parecer nº 285/2023-COJ assinadas pelo Sr. Cmte-Geral, em exercício, juntamente com o processo físico em 02 (dois) volumes (I e II), para publicação e encaminhamentos devidos.

Atenciosamente,

ROBERTO PAMPLONA - CEL QOBM  
Chefe de Gabinete do Cmt-Geral do CBMPA

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: GIBRAN CORREA DOS SANTOS (Lei 11.419/2006)  
EM 26/12/2023 15:04 (Hora Local) - Aut. Assinatura: AFC49A1B3C9DC8B0.EA9E17E9CEC341B.8FAA1163E7E2020D.EC793ED6E0AA0911



## FOLHA DE DESPACHO

**À Sr<sup>a</sup>. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE JUSTIÇA DO CBMPA.**

1. Honrado em cumprimentá-la, em complemento ao despacho anterior, soma-se aos volumes I e II, o volume III, também anexo às 02 (duas) vias do Parecer nº 285/2023-COJ.

Atenciosamente,

**ROBERTO PAMPLONA - CEL QOBM**  
**Chefe de Gabinete do Cmt-Geral do CBMPA**

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: GIBRAN CORREA DOS SANTOS (Lei 11.419/2006)  
EM 26/12/2023 15:09 (Hora Local) - Aut. Assinatura: 5420CFD65E9FC828.2f77EA6EEF5f7594.DA1FA59EBBF02205.178072906985686A



## FOLHA DE DESPACHO

Senhor Presidente da Comissão Permanente de Licitação,

Ao cumprimentá-lo honradamente, encaminho a Vossa Senhoria 01 (uma) via do Parecer nº 285/2023 – COJ, acompanhado de processos físicos volumes (Vol. I, II e III), para conhecimento e providências, conforme despacho exarado:

A referida peça consultiva foi aprovada pelo Excelentíssimo Senhor Comandante-Geral do CBMPA.

EMENTA: ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO PARA AQUISIÇÃO DE ARMÁRIOS ESTANTES E OUTRAS MOBÍLIAS PARA O CBMPA. ANÁLISE DAS MINUTAS DO EDITAL E CONTRATO REFERENTE ÀS ALTERAÇÕES DAS CLÁUSULAS. POSSIBILIDADE COM CONDICIONANTES.

Respeitosamente.

**Natanael Bastos Ferreira – MAJ QOBM**

Presidente da Comissão de Justiça, Em exercício.

Feito por: Marcela Guimarães – Voluntária Civil.

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: NATANAEL BASTOS FERREIRA (Lei 11.419/2006)  
EM 26/12/2023 15:53 (Hora Local) - Aut. Assinatura: EDF54C57AB8E2665.243525335AED674C.27F813AEE627AA.C385FD9B151785E0